



Projeto que regulamenta Uber é alterado e retorna à Câmara

Senadores retiraram do texto original as exigências de carro próprio e de placa vermelha. Também decidiram que os municípios vão apenas fiscalizar o serviço

O Senado alterou ontem o projeto que regulamenta os serviços de transporte que usam aplicativos, como Uber, Cabify e 99. Por causa das alterações, o texto volta à Câmara dos Deputados para nova análise.

Em Plenário, foram 46 votos favoráveis, 10 contrários e uma abstenção. O relator de Plenário, Eduardo Lopes, acatou 3 das 20 emendas apresentadas. Uma delas retira a obrigatoriedade do uso de placas vermelhas. A outra acaba com a exigência de que o condutor seja proprietário

do veículo.

A terceira emenda atribui ao município apenas a competência para fiscalizar o serviço dos aplicativos. A prefeitura não terá o papel de autorizar o exercício da atividade, como estava previsto no texto original da Câmara.

Com essa alteração, caiu o ponto principal do projeto, que estabelecia que empresas de transporte por aplicativos são prestadoras de serviço público, dependentes de regulamentação, e que os motoristas precisariam de permissão para trabalhar. **3**



Jonas Pereira/Agência Senado

Eunício Oliveira (C) e Davi Alcolumbre em Plenário, durante sessão em que os senadores alteraram projeto da Câmara

Deputados da UE apoiam acordo com Mercosul **6**

Comissão vai investigar suicídio de reitor da UFSC **2**

Debate denuncia violência na relação com índios **8**

Relatório sobre Lei Kandir será votado na terça-feira **4**

Má gestão causou crise hídrica, avalia especialista **8**



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Meirelles, ao lado de Tasso Jereissati, fala em audiência sobre o Mapa da Fome

Geração de emprego reduz fome, afirma ministro da Fazenda

Em audiência na Comissão de Assuntos Econômicos, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, afirmou que a recessão aumentou a desigualdade no país, mas garantiu que o

emprego, que volta a crescer, é a melhor forma de combater a fome. O ministro apresentou dados que, segundo ele, provam que a economia está em recuperação. **5**

Especialistas defendem uso de biocombustíveis **8**

Bancada capixaba cobra duplicação da BR-101 **4**

Economia se recupera após recessão, diz presidente do BC

O presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, traçou um cenário de recuperação da economia, com recuo da inflação e aumento

do poder de compra. Ele esteve na Comissão de Orçamento, que hoje recebe o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira. **7**



Peirão Franco/Agência Senado

Goldfajn apresenta dados da retomada econômica aos parlamentares

Apresentadas propostas para doenças raras **6**

Subcomissão que deve elaborar projeto de lei sobre doenças raras recebeu ontem propostas de representantes dos pacientes, da Anvisa e do Ministério da Saúde. **6**

Agropecuária: pesquisa precisa de estímulo **8**

Essa foi uma das conclusões de audiência na Comissão de Agricultura. O investimento do setor privado em pesquisa pode ajudar o setor, disseram debatedores. **8**



Gerardo Magela/Agência Senado

Ex-diretor do grupo J&F, Ricardo Saud, na reunião da CPI mista da JBS

Ex-diretor do grupo J&F se cala na CPI mista que investiga a JBS

O ex-diretor do grupo J&F Ricardo Saud se recusou a responder as perguntas de senadores e deputados na CPI mista da JBS. Saud e os irmãos Joesley e Wesley Batista estão presos em Brasília. O presidente da comissão, Ataídes Oliveira, chegou a propor que a reunião fosse secreta, mas Saud manteve a negativa. A CPI aprovou ontem requerimento para ouvir o procurador Eduardo Pelella, ex-assessor de Rodrigo Janot. **4**

Comissão deve investigar morte de reitor da UFSC

Congresso realizou ontem uma sessão solene em homenagem a Luiz Carlos Cancellier, que se suicidou após operação da Polícia Federal que o afastou por fatos que teriam ocorrido antes de sua gestão

A PRESIDENTE DA Comissão de Direitos Humanos (CDH), Regina Sousa (PT-PI), comunicou ontem em Plenário que acatou o pedido de investigação de supostas “operações jurídico-policiais-midiáticas” responsáveis por minar o Estado de direito e que teriam sido responsáveis pelo suicídio, no dia 2 de outubro, do reitor afastado da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Luiz Carlos Cancellier.

O requerimento foi apresentado pelo professor de direito da Universidade de Brasília Marcelo Neves, em nome de mais de 200 juristas. O reitor foi alvo da Operação Ouvidos Mucos, da Polícia Federal, que apontou desvio de verbas na universidade e o afastou de suas atividades.

— Não importa se foi antes da gestão dele que o dinheiro foi desviado. Importa é que ele foi escolhido para ser culpado. O espetáculo foi feito e ele não resistiu a tanta humilhação — disse Regina, na sessão do Congresso destinada a homenagear Cancellier.

Dário Berger (PMDB-SC) também lamentou que a operação tenha investigado



Plenário do Senado, durante o Congresso que homenageou Cancellier

desvios praticados antes do período em que Cancellier foi reitor da UFSC.

— O caráter [de Cancellier] não aguentou o peso daquilo que considerava uma injustiça absoluta.

Projeto

A senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) afirmou que a morte de Cancellier dá força ao projeto que prevê punição para o abuso de autoridade (PLS 280/2016), aprovado em abril no Senado e em tramitação na Câmara.

— A melhor homenagem ao reitor é votar e aprovar a

legislação contra o abuso de autoridade, porque a democracia brasileira precisa se defender contra aqueles que não a reconhecem.

Um dos autores do requerimento para a homenagem, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) afirmou que setores do Judiciário, do MP e da PF fazem militância política.

— As ações imoderadas e arbitrarias por parte desses setores, em conluio com a mídia simpática à causa, são essenciais para que se imponha a ordem fascista. Objetivam esgarçar ao limite a legalidade e a ordem democrática — disse.

Sessão celebra centenário da terapia ocupacional

O Senado lembrará na segunda-feira, em sessão especial, o centenário da terapia ocupacional no mundo. A data se refere à criação em 1917, nos Estados Unidos, da Associação Americana de Terapia Ocupacional. A criação da entidade foi um marco para o desen-

volvimento da nova profissão. O terapeuta ocupacional é um profissional da área da saúde que trata pessoas com disfunções que interferem na realização das tarefas do dia a dia. A técnica terapêutica inclui tecnologias e atividades diversas para promover a

autonomia de indivíduos com alterações físicas, cognitivas, psicomotoras ou emocionais.

O pedido da sessão é de Antonio Anastasia (PSDB-MG). A sessão também lembrará o Dia Nacional do Fisioterapeuta e do Terapeuta Ocupacional, celebrado em 13 de outubro.

Vanessa Grazziotin critica perdão de Temer na Câmara

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) criticou a decisão da Câmara dos Deputados de rejeitar a denúncia contra Michel Temer. Apesar de haver provas “contundentes”, segundo ela, contra o presidente, Vanessa entende que o posicionamento dos deputados mostra à sociedade o que há por trás da suposta luta contra a corrupção.

A senadora assinalou que o perdão de Temer na Câmara foi seguido da publicação de medidas que suspendem o reajuste dos servidores e reduzem o aumento do salário mínimo em 2018.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Brasil vive dias tenebrosos, afirma Humberto Costa

Ao absolver Michel Temer da segunda denúncia, os deputados emitiram um cheque em branco para que o presidente continue destruindo o Brasil, disse Humberto Costa (PT-PE).

O país vive “dias tenebrosos” e um exemplo disso, afirmou, é o leilão de áreas do pré-sal dois dias depois de a Câmara arquivar a denúncia. Para Humberto, o governo tira do povo para dar a empresas estrangeiras.

— É um presidente entreguista, que se curva aos interesses das elites, dos ruralistas, dos grandes empresários, em troca de estar no cargo que usurpou.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Jorge Viana cobra medidas mais duras contra o crime

Ao lamentar o aumento da violência no Brasil, conforme levantamento do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Jorge Viana (PT-AC) cobrou medidas mais duras contra o crime. Ele anunciou a apresentação de proposta de emenda à Constituição para que os condenados por crimes hediondos cumpram pena de prisão em regime fechado. Para o senador, a mudança no texto constitucional contribuirá para “valorizar a vida”.

Ele disse que o Brasil se transformou no “país da manança”, com mais de 60 mil mortos por ano, e sublinhou que os crimes violentos atingem principalmente os jovens.

Sancionado incentivo para utilização da água da chuva

O incentivo e a promoção da captação, preservação e aproveitamento de águas das chuvas serão incluídos entre os objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos. É o que estabelece a Lei 13.501/2017, sancionada na segunda e publicada ontem no *Diário Oficial da União*.

A nova lei, que entrou em vigor ontem, tem origem no Projeto de Lei do Senado (PLS) 326/2015, aprovado no Senado em setembro de 2015 e ratificado sem modificações na Câmara dos Deputados em setembro de 2017.

A Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9.433/1997) já prevê entre os objetivos assegurar a disponibilidade de água à atual e às futuras gerações com padrões de qualidade adequados; a utilização racional e integrada da água, incluindo o transporte aquaviário; e a prevenção contra eventos hidrológicos críticos de origem natural ou decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais.

A inclusão entre esses objetivos do incentivo à captação,

preservação e aproveitamento de águas das chuvas segue tendência mundial de utilização de água não tratada para manutenção de jardins, limpeza de calçadas e em atividades agrícolas e industriais.

O autor do PLS 326/2015 é o ex-senador Donizeti Nogueira. Na justificativa, ele alegou que a intenção é evitar o agravamento da crise hídrica. Conforme afirmou, cerca de 40% da população do planeta já enfrenta dificuldades de acesso à água. Ele citou estimativas do Instituto Internacional de Pesquisa de Política Alimentar, dando conta de que, até 2050, 5 bilhões de pessoas estarão em situação de estresse hídrico.

Além de problemas para o consumo humano, ele afirmou que a falta de água será um fator limitante à produção agrícola e industrial. Para Donizeti, é urgente melhorar a gestão dos recursos hídricos, estimulando práticas sustentáveis de utilização dos mananciais, redução de desperdício de água e captação da água da chuva.

Servidores do Senado levam experiências a evento na UnB

O modelo de Gestão Sistêmica Consciente, em implantação no Senado, foi um dos temas apresentados por servidores da Casa durante a Semana Universitária da Universidade de Brasília (UnB), que nesta edição teve como tema “Ciência, ousadia e integração social: conhecimento, democracia e resistência”.

De acordo com o servidor do Prodasen Luiz Eduardo da

Silva Tostes alunos e professores que compareceram às quatro palestras promovidas pelo Senado elogiaram a iniciativa.

— Eles ficaram entusiasmados com o que a gente levou e, principalmente, com a nossa presença na universidade, como técnicos servidores do Senado, que levaram experiências empíricas e práticas do Parlamento, coisa que eles não têm por lá — explicou.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CAS Condutores de ambulância**
9h Entre 12 itens, o PLC 82/2017, sobre a atividade de condutor de ambulância.
- CDR Classificação de estâncias**
9h Na pauta de 5 itens, o PLC 147/2015, que estabelece condições e requisitos sobre classificação de estâncias.
- CTEC Tarifa Social de Energia Elétrica**
9h O PLS 260/2017, que modifica as faixas de consumo e percentuais de desconto aplicados aos beneficiários da Tarifa Social de Energia Elétrica, é um dos 14 itens.
- CCT Rádios**
9h Análise de 82 outorgas de rádios.

- CCI Uso de crianças em crimes**
10h Entre 39 itens, o PLS 358/2015, que aumenta penas para adultos que utilizam crianças para a prática de crimes.
- CMO Ministro do Planejamento**
10h Audiência com o ministro do Planejamento, Dyogo de Oliveira.
- PLENÁRIO Sessão deliberativa**
11h Na pauta, o PLC 5/2016, que obriga cirurgia da mama pelo SUS nos casos de mutilação por tratamento de câncer.
- CDH Brinquedos adaptados**
11h O PLS 382/2011, sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência, é um dos 16 itens.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

Projeto sobre o Uber volta para a Câmara após ser mudado no Senado

Senadores retiraram do projeto a exigência do uso de placas vermelhas e a obrigatoriedade de que o condutor seja proprietário do veículo

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem com alterações o projeto que regulamenta os serviços de transporte que usam aplicativos, como Uber, Cabify e 99. Foram 46 votos favoráveis, 10 contrários e uma abstenção. O relator, Eduardo Lopes (PRB-RJ), acatou 3 das 20 emendas apresentadas. O PLC 28/2017 volta para análise da Câmara dos Deputados.

Duas das mudanças aprovadas foram decididas por acordo dos líderes partidários. Elas retiram a obrigatoriedade do uso de placas vermelhas e a exigência de que o condutor seja proprietário do veículo.

Também foi aprovada emenda que atribui ao município apenas a competência para fiscalizar o serviço dos aplicativos. A prefeitura não terá o papel de autorizar o exercício da

atividade, como estava previsto no texto original da Câmara.

— O aplicativo será obrigado a mandar para a prefeitura o seu cadastro. A prefeitura vai ter acesso a quantos são os motoristas do Uber, onde estão e quem são. Se houver alguma dúvida em relação a algum ponto, ela entra em contato com o Uber e decide se a pessoa sai do serviço ou continua — explicou o relator.

Com essa alteração, caiu o ponto principal do projeto, que estabelecia que empresas como o Uber são prestadoras de serviço público, dependentes de regulamentação, e que os motoristas precisariam de permissão para trabalhar. Pelo texto, cada município cobraria os devidos impostos.

O projeto ainda prevê que os motoristas devem possuir

Ana Amélia defende entendimento entre taxistas e aplicativos

Antes da votação, Ana Amélia (PP-RS) defendeu o entendimento entre os taxistas e motoristas de aplicativos, de modo que o texto final atenda aos interesses de ambas as categorias.

Para a senadora, um prazo maior para a análise da matéria talvez seja a melhor saída, para evitar radicalismos que não servem ao mercado, aos usuários e às categorias.

— Os próprios taxistas poderão reduzir um pouco a excessiva regulamentação dos táxis e aí, então, criarmos um nivelamento mais igualitário.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Para Ivo Cassol, atual modelo prejudica estados e municípios

Ivo Cassol (PP-RO) sugeriu que os motoristas que trabalham para aplicativos de transporte individual paguem no máximo 5% do valor da corrida para os tais aplicativos.

Segundo o senador, de 15% a 25% do valor recebido pelo motorista vai para o aplicativo, a depender do modelo do veículo.

— É inaceitável o aplicativo cobrar da sociedade, cobrar dos proprietários de carros, enquanto a prefeitura não ganha nenhum real de arrecadação e o estado ganha menos ainda. E aí [o aplicativo] ganha, no mínimo, 15%. Isso é um assalto! — protestou.



Plenário durante votação do projeto: foram 46 votos a favor e 10 contra

Carteira Nacional de Habilitação na categoria B (automóvel, caminhonete, utilitário) ou superior; inscrição como contribuinte individual no INSS; e contratação do seguro Acidentes Pessoais a Passageiros (APP) e do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de

Airton Sandoval diz que cidades não se beneficiam do Uber

Os municípios sofrem o impacto de serviços como o do Uber, mas não recebem os benefícios, disse o senador Airton Sandoval (PMDB-SP) ao comentar a proposta que regulamenta os aplicativos de transporte, antes da votação do projeto no Plenário. Para ele, o projeto não dá qualquer margem para que as cidades legislem sobre o tema. Recebem apenas a função de fiscalizar.

— O mundo está no município. Estados e União são abstrações políticas, mas a cidade é real.



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Vias Terrestres (DPVAT).

A favor do projeto da Câmara, os senadores do PT Lindbergh Farias (RJ), Gleisi Hoffmann (PR) e Humberto Costa (PE) declararam que o partido não quer a extinção do Uber. No entanto, eles defenderam a regulamentação do serviço para proteção dos direitos dos trabalhadores e dos usuários. Os senadores também criticaram a empresa pelo valor percentual cobrado dos motoristas.

— Não pode o Uber entrar aqui e achar que pode levar 25% do trabalhador, até porque o motorista é responsável pela manutenção do carro, pelo seguro, pela gasolina. Não tem direito trabalhista, não paga INSS, não vai ter direito à Previdência e ainda tem que pagar 25% para usar uma plataforma? — questionou Gleisi.

Contra o projeto, os senadores Ricardo Ferraço (PSDB-ES) e Reguffe (sem partido-DF) entendem que a proposta é uma forma de estatizar o serviço dos aplicativos e interfere na livre escolha dos usuários, podendo reduzir a oferta, causar desemprego e restringir o uso do transporte pelo aplicativo.

Estados sofrem sem crédito, afirma Eunício

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, lamentou o cancelamento da sessão do Congresso prevista para a noite de ontem. A sessão caiu porque os deputados decidiram concluir a votação da medida provisória que reformula o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

A pauta do Congresso está travada por seis vetos do presidente Michel Temer a matérias aprovadas pelo Legislativo. Além disso, senadores e deputados precisam votar 14 projetos que autorizam créditos orçamentários a diversos ministérios e órgãos públicos. Ao todo, o Poder Executivo prevê a liberação de quase R\$ 1,5 bilhão.

Prejuízo

Eunício disse que o cancelamento da sessão prejudica a população que precisa do dinheiro.

— Tem prejuízo sim. Vai impactar muitos estados brasileiros que não vão receber esses recursos. Vários municípios do Ceará não têm mais água. Só tem um jeito: perfurar poços. Os recursos estão assegurados no primeiro item da pauta [PLN 29/2017], mas não teve abertura do Plenário. Espero que na próxima terça-feira, o Plenário esteja liberado para votar essas matérias — disse Eunício.



Eunício espera votações na terça

Proposta incentiva bioquerosene na aviação

Uma proposta que cria o Programa Nacional do Bioquerosene está na pauta de hoje da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O objetivo do autor do PLS 506/2013, Eduardo Braga (PMDB-AM), é incentivar o desenvolvimento de tecnologia limpa para a produção de biocombustível a base de biomassa para aviação. O projeto busca promover a sustentabilidade da aviação brasileira e a preservação dos recursos naturais, mas sem concorrer com a produção alimentar no país, diz Braga.

O combustível seria misturado ao usado atualmente — querosene ou gasolina de aviação de origem fóssil. A

intenção é que não haja necessidade de fazer alterações nos motores, nas aeronaves e na infraestrutura de distribuição já existentes.

O relator na CCJ, Valdir Raupp (PMDB-RO), é favorável à proposta. Ele diz que o Brasil, especialmente, precisa buscar combustíveis alternativos, já que é elevado o custo do querosene da aviação no país, chegando a representar cerca de 40% dos custos das empresas aéreas, enquanto no resto do mundo a média não passa de 30%. Além de reduzir a dependência de combustíveis fósseis, o projeto contribui para diminuir a emissão de gases causadores do efeito estufa, responsáveis pelo aquecimento global,

defendeu o senador.

O projeto traz providências que devem ser tomadas para incentivar a pesquisa, a produção, a comercialização e o uso energético do bioquerosene, como a destinação de recursos de agências e bancos de fomento federais a projetos nessa área e estabelecimento de incentivos fiscais.

Cartões corporativos

Outro projeto na pauta de hoje da CCJ é o PLS 84/2016, de Ronaldo Caiado (DEM-GO). O texto impõe novas exigências e restrições ao uso de cartões corporativos por membros do governo. Além de definir quem poderá usar o cartão, o texto estabelece condições mínimas para habilitação ao uso.

Comissão analisa projetos que beneficiam região do semiárido

Um projeto de lei que define critérios de enquadramento de municípios na região do semiárido deverá ser analisado hoje, em caráter terminativo, na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

De acordo com o Projeto de Lei do Senado (PLS) 146/2014, a definição da região do semiárido deverá ser atualizada a cada cinco anos pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), por critérios de precipitação pluviométrica média anual, índice de aridez e risco de seca.

Já aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o projeto é de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e tem

como relator José Pimentel (PT-CE), favorável à proposta.

Na mesma reunião, deverá ser analisado o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 69/2017, que inclui os 16 municípios do Baixo Parnaíba, no Maranhão, na região do semiárido nordestino. O projeto insere esses municípios entre os beneficiados pela Lei 7.827/1989, que regulamenta os Fundos Constitucionais do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO). O projeto será analisado depois pela CAE, em decisão terminativa.

Do deputado Hildo Rocha (PMDB-MA), a proposição conta com parecer favorável do relator, senador João Alberto Souza (PMDB-MA).

Ex-diretor do grupo J&F, Ricardo Saud fica calado na CPI mista da JBS

A comissão também aprovou requerimento para ouvir procurador que assessorava Janot e audiências para debater o instituto da delação premiada

EX-DIRETOR DE RELAÇÕES Institucionais da empresa J&F, Ricardo Saud recusou-se a responder perguntas de senadores e deputados durante reunião de ontem da CPI mista da JBS. A comissão investiga irregularidades em contratos entre a empresa dos irmãos Joesley e Wesley Batista e o BNDES.

Saud e os irmãos Batista estão presos desde setembro no Complexo Penitenciário da Papuda, em Brasília. Eles teriam mentido e omitido informações no acordo de delação premiada firmado com a Procuradoria-Geral da República (PGR). O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu os benefícios do acordo.

Logo no início da reunião, Saud disse que ficaria em silêncio:

— Eu vou permanecer em silêncio, dentro de meu direito constitucional. Tão logo as premissas do acordo sejam restabelecidas, ninguém tem mais interesse de falar do que eu.



Ataídes Oliveira, presidente da comissão, e Saud, na reunião de ontem

O presidente da comissão, Ataídes Oliveira (PSDB-TO), chegou a propor que a reunião fosse reservada, com a presença apenas de parlamentares, mas Saud afirmou que, ainda assim, não responderia aos questionamentos.

O ex-diretor da J&F negou que tenha mentido no acordo de delação premiada firmado com o Ministério Público. Ele se comprometeu a entregar à CPI cópias de documentos já encaminhados à PGR sobre doações a políticos.

Perguntas

O relator da CPI, deputado Carlos Marun (PMDB-MS), chegou a fazer perguntas a Saud. Quis saber, por exemplo, se o ex-diretor acompanhou Edson Fachin em visitas a senadores antes da sabatina do

então indicado a ministro do Suprem, em janeiro de 2016. Marun perguntou ainda se Saud sabia que Joesley Batista iria gravar uma conversa com o presidente Michel Temer. Com a negativa do depoente em responder, o relator se irritou e disse acreditar que o acordo de delação suspenso por Fachin não será renovado.

— O senhor é funcionário da empresa. O senhor é um peão. Se não quiser passar anos demasiados na cadeia onde está, o senhor deve começar realmente a dizer a verdade sobre tudo isso. A única chance que o senhor tem de sair ainda novo da cadeia é falar a verdade que ainda não apareceu — afirmou o deputado.

Ataídes perguntou se Saud teria interesse de fazer um

novo acordo de delação premiada, dessa vez apontando irregularidades cometidas pelos irmãos Batista. Mas o depoente, que foi à reunião acompanhado pelos mesmos advogados que representam Joesley e Wesley, permaneceu em silêncio.

Requerimentos

A CPI mista aprovou ontem a convocação, como testemunha, do procurador da República Eduardo Botão Pelella. Ele trabalhou como auxiliar do então procurador-geral da República Rodrigo Janot. Pelella havia anteriormente sido convidado a depor à comissão, mas negou-se a comparecer.

Senadores e deputados aprovaram ainda a convocação do empresário Victor Garcia Sandri, que teria intermediado o recebimento de propina no exterior para obter a liberação de dinheiro em contratos com o BNDES.

Também foram aprovados requerimentos para a realização de uma teleconferência com o advogado Rodrigo Tacla Durán, ex-consultor da Odebrecht e especialista em direito internacional, e para a realização de duas audiências públicas com o objetivo de discutir o instituto da delação premiada.

Comissão apresenta proposta de regulamentação da Lei Kandir

O senador Wellington Fagundes (PR-MT) apresentou ontem o relatório da comissão mista que analisa alterações na Lei Kandir. Foi concedida vista coletiva e a votação do relatório será na terça-feira.

A proposta prevê uma regra estável para compensar os estados pela perda de arrecadação com a desoneração de produtos primários e semie-

laborados para exportação. Pelo projeto, serão entregues R\$ 9 bilhões, em valores de 1º de julho de 2017, aos estados e municípios. A transferência será realizada em 12 parcelas mensais, na proporção de 75% para os estados e 25% para os respectivos municípios.

Dos R\$ 9 bilhões, metade será rateada segundo coeficientes fixos. A outra metade

será rateada segundo coeficientes variáveis. Eles serão apurados anualmente pelo Tribunal de Contas da União (TCU), tendo como base a performance exportadora de cada ente federativo nos cinco anos anteriores ao da elaboração de cada peça orçamentária.

Com o objetivo de prover os recursos necessários para fazer frente à nova obrigação,

o projeto prevê realocação de recursos públicos e a fixação de alíquota mínima de 30% para o Imposto sobre as Exportações (IE) incidente sobre recursos minerais.

— É importante que o repasse represente um alívio para as finanças públicas estaduais, com um aumento da disponibilidade financeira de todos os entes beneficiados — disse Wellington.

Capixabas defendem providências para a duplicação da BR-101

Pressionado por uma solução imediata para a quebra de contrato pela Eco101, responsável pela concessão da BR-101 no Espírito Santo, o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Jorge Luiz Macedo Bastos, disse ontem na Comissão de Infraestrutura (CI) que a agência tem tomado providências para que as obras de duplicação da rodovia sejam entregues, mas admitiu a possibilidade de rever a concessão e realizar novo leilão da rodovia. Na reunião presidida por Acir Gurgacz (PDT-RO), o diretor enfatizou, no entanto,



Bastos, diretor da ANTT, e Gurgacz, presidente em exercício da comissão

que o processo leva tempo.

Ricardo Ferraço (PSDB-ES) e deputados da bancada capixaba acusam a agência de lentidão na condução da negociação e já defendem o rompimento do contrato com

a empresa para a realização de uma nova licitação.

— De janeiro de 2012 a 2018 a concessionária deveria duplicar 236 quilômetros. Não chegamos a janeiro de 2018 ainda, mas estamos muito pró-

ximos e quantos quilômetros foram entregues? Zero — disse Ferraço.

Bastos ponderou que a crise afetou a capacidade de investimento da Eco101. Outras razões apontadas pela empresa para não ter cumprido o cronograma são a demora na concessão e no licenciamento ambiental, dificuldades com as desapropriações e desocupações da faixa de domínio.

Para Ferraço, a concessionária tem que assumir o risco de queda de fluxo.

— O contrato pressupõe ônus e bônus. Direitos, deveres e responsabilidades.

Paulo Paim protesta contra corte no valor do salário mínimo

Paulo Paim (PT-RS) se disse indignado com mais uma redução no valor do salário mínimo proposta pelo presidente Michel Temer. Segundo o senador, o governo já havia baixado em R\$10 o valor do mínimo na LDO para 2018. Agora o Ministério do Planejamento anunciou um corte de R\$ 4 para o próximo ano, passando de R\$ 969 para R\$ 965.

— Catorze reais não são nada para o governo, mas para quem ganha o salário mínimo significa mais cinco litros de leite, significa mais cinco quilos de arroz ou significa mais três quilos de feijão. Sabe o que significa para quem não tem nada cinco quilos de arroz? Significa muito.

Hélio José: governo subtrai recursos da Previdência Social

Hélio José (Pros-DF) leu em Plenário relatório aprovado pela CPI da Previdência, na qual foi relator. Ele disse que, segundo a Associação de Auditores Fiscais da Receita Federal, de 2005 a 2016, a seguridade social teve em média R\$ 50 bilhões de superavit por ano, mesmo com o resultado negativo de 2016.

Para a entidade, a conta apresentada pelo governo para o setor tem falhas, relatou senador. Ele detalhou algumas das operações por meio das quais, segundo a associação, o governo subtrai recursos da Previdência.

Valdir Raupp elogia prêmio dado para professora indígena

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) parabenizou a professora Elisângela Suruí, da Escola Indígena Estadual Sertanista Francisco Meireles, em Cacoal (RO). Ela foi premiada como Educadora do Ano por projeto de alfabetização na língua indígena paiter suruí para 15 alunos do 1º ao 5º ano do ensino fundamental. A iniciativa concorreu com 5 mil projetos de todo o país.

Segundo ele, a professora disse que as línguas indígenas enfrentam dificuldade de transmissão a novas gerações, pois as aldeias perdem população para as cidades.

Gerar emprego combate a fome, diz Meirelles

Em audiência sobre a volta do Brasil ao Mapa da Fome, ministro da Fazenda disse que recessão aumentou a desigualdade, mas garantiu que economia está se recuperando

CRIAREMPREGOS É a melhor forma de combater a fome, afirmou o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, em audiência interativa na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), ontem.

— Compartilho a preocupação com os mais pobres no país. É o que estamos procurando enfrentar. A recessão gerou um grande número de desempregados e aumentou a desigualdade. Não há dúvida de que isso se reflete nas ruas. O que estamos fazendo? Trabalhando para criar emprego — disse Meirelles.

A audiência foi solicitada pelos senadores Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Gleisi Hoffmann (PT-PR) e Lindbergh Farias (PT-RJ) para discutir o retorno do Brasil ao Mapa da Fome e as medidas recentes do governo de Michel Temer na economia. O Mapa da Fome é um relatório da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) que avalia os países onde parte da população ingere menos calorias que o recomendado.

Cidadãos enviaram centenas de perguntas pelo Portal e-Cidadania e pelo Alô Senado. O presidente da comissão, Tasso Jereissati (PSDB-CE), leu os questionamentos considerados mais representativos. Um dos mais frequentes dizia respeito

à situação da Previdência. Embora o governo afirme que há déficit, a CPI sobre o tema no Senado concluiu que há superavit. Meirelles atribuiu a divergência aos métodos de cálculo, mas assegurou que o déficit é um fato. Segundo ele, a aprovação da reforma é crucial para o cumprimento do teto de gastos previsto pela Emenda Constitucional 95 para os próximos 20 anos.

O ministro apresentou gráficos mostrando a recuperação nos últimos meses. Segundo ele, o momento é de “reversão grande da trajetória da economia”. O ministro citou como prova disso as quedas da inflação, da Selic, a taxa básica de juros, e do risco-país.

Críticas

Os autores do pedido de audiência fizeram duras críticas a Meirelles. Lindbergh e Gleisi lembraram que o ministro é “um homem rico” e o acusaram de não ter contato com a realidade dos mais pobres.

— Se o senhor quer mesmo governar o Brasil, conheça o Brasil real — afirmou Gleisi, referindo-se à possível candidatura do ministro à Presidência em 2018.

Vanessa apontou contradição entre cortes de gastos em programas sociais e concessão de refinanciamentos de dívidas a

empresários. Meirelles concordou com o risco à arrecadação, mas defendeu o recente Refis concedido pelo governo:

— Este Refis terá um resultado líquido positivo para a Receita Federal um pouco acima de R\$ 7 bilhões — anunciou.

Ana Amélia (PP-RS) e Lúcia Vânia (PSB-GO) atribuíram o aumento da pobreza aos erros da política econômica dos governos do PT e sugeriram que a reforma tributária pode ser mais eficaz que a da Previdência aos cofres públicos. O ministro ponderou que a reforma tributária exige negociação mais complexa no Congresso, com estados e municípios.

Otto Alencar (PSD-BA) e Ataídes Oliveira (PSDB-TO) perguntaram por que o governo não lança mão das reservas cambiais para despesas como obras inacabadas. Meirelles explicou que a lei impede o Tesouro de financiar o governo, e que, mesmo que pudesse fazê-lo, isso só aumentaria a dívida pública.

Ricardo Ferraço (PSDB-ES) expressou preocupação com a taxa de juros real, ainda em torno de 4%, e Armando Monteiro (PTB-PE), com a falta de recursos para investimentos de longo prazo. O ministro disse acreditar numa solução a longo prazo, com a melhora da economia e a volta da confiança.

Algumas das principais respostas do ministro

► **MAPA DA FOME.** O Brasil piorou em diversos índices em função da recessão. Tudo isso de fato piora as condições de vida da população. O que estamos fazendo é criar emprego, controlar a inflação e aumentar o poder de compra dos trabalhadores. É esse o caminho.

► **RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA.** Nós vivemos a maior recessão da história do país. Na grande recessão mundial de 1929–1931, o PIB brasileiro caiu 5,3%. Nesta recessão, caiu 7,3%. Foi maior também que a do início da década de 1980.

► **AJUSTE FISCAL.** Estamos fazendo um ajuste fiscal gradual pela despesa. O governo já fez um corte expressivo das despesas discricionárias. O ponto, no entanto, é que o ajuste tem que vir na despesa obrigatória, na Previdência, porque ela já é maior que toda a arrecadação líquida.

► **META FISCAL.** [Respondendo a Wellington Fagundes (PR-MT)] Vamos cumprir, sim, a meta fiscal deste ano.

► **A VOLTA DO SUPERAVIT.** Mantendo-se o pressuposto do teto dos gastos e do crescimento previsto do PIB, temos um decréscimo paulatino do déficit e a existência do primeiro superavit primário em 2021. Vamos qualificar isso: evidentemente que, para a aplicação consistente do teto ao longo do tempo, a aprovação da reforma [da Previdência] é crucial. Agora, a curto prazo, não estamos considerando outras alternativas.

► **REFORMA DA PREVIDÊNCIA.** Eu brinco, até, com algumas pessoas que eu conheço, líderes importantes, alguns deles contra a reforma: “A melhor coisa que pode acontecer para o projeto político do seu grupo é ter a reforma da Previdência aprovada agora. Porque caso contrário, terá que enfrentá-la no primeiro ano de governo.” Não é uma questão de preferência. Por mim, os brasileiros poderiam se aposentar bastante cedo. O problema é que alguém tem que pagar. E esse alguém é a população brasileira.

► **DEFICIT OU SUPERAVIT DA PREVIDÊNCIA.** É aquele tipo de questão que eu acho que não é objeto de opinião. Temos avaliações, inclusive independentes, como da OCDE [Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico], que concluíram pela existência, sim, de déficit importante. Podemos colocar à disposição desta comissão os dados detalhados.

► **REFORMA TRIBUTÁRIA.** Preferimos chamar de “simplificação tributária”. Existe uma comissão na Câmara já tratando deste assunto. Estamos discutindo. Mas é um problema que envolve uma discussão preliminar muito grande. É um projeto complexo, mas muito importante. Está avançando.

► **SALÁRIO MÍNIMO.** O salário mínimo é calculado por lei. O que mede a inflação é o INPC, que pelos índices oficiais está um pouco menor que o IPCA. O INPC anualizado tem ficado abaixo de 2% ao ano, contra um IPCA de 2,6%. Isso não é objeto de opinião ou de vontade, é o resultado de seguir a lei.

► **INVESTIMENTO FRACO.** De fato, os investimentos caíram mais de 30%, em função da recessão que começou em 2014. Com o crescimento da economia, a consequência natural é a retomada do investimento. Temos que separar o investimento em máquinas e equipamentos, que cresceu 4%, e o investimento na construção civil, em que houve, sim, queda. A razão é muito clara. A construção civil tem um ciclo longo entre o planejamento de um imóvel, a construção e a venda.

► **BNDES.** O BNDES cresceu saindo da sua fonte tradicional de financiamento, o Fundo de Amparo ao Trabalhador, e recebeu empréstimos diretos do Tesouro. A devolução da primeira parcela de recursos do BNDES para o Tesouro teve uma consulta prévia ao Tribunal de Contas da União. É uma decisão do Conselho de Administração do BNDES. Já foi devolvido um total de R\$ 150 bilhões. Foi uma operação transparente, cristalina.

► **NOVA TAXA DE LONGO PRAZO (TLP).** A nossa expectativa agora é que com a TLP, na medida em que a taxa do BNDES passe ser a taxa do Tesouro, a política monetária do Banco Central tenha maior poder, em virtude da menor taxa de juros esperada.

► **PATRIMÔNIO PESSOAL.** Tudo é totalmente transparente. É resultado de uma carreira onde sempre fui extremamente cioso da ética e da lei. Todos os meus rendimentos pessoais, depois que eu assumi o ministério, foram objeto de consulta prévia à Comissão de Ética Pública do governo federal, e só depois disso foi feita a distribuição de dividendos [das empresas cujo conselho o ministro compôs].

► **DESONERAÇÕES.** Por que não fazemos um corte horizontal de desonerações [pergunta da senadora Kátia Abreu (PMDB-TO)]? O problema é um aumento da carga tributária no momento em que se está fazendo uma recuperação da economia. Isso pode fazer com que o custo seja maior que o benefício. Vamos propor mudanças. Muitas desonerações são protegidas por lei. Nossa ideia é começar a abrir esse processo e torná-lo totalmente transparente para a sociedade brasileira e os órgãos reguladores.

Edilson Rodrigues/Agência Senado



O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, fala na audiência conduzida pelo presidente da CAE, Tasso Jereissati

MP sobre valor indevido pago a falecido será analisada na terça

A comissão mista da medida provisória que cria procedimentos para devolução de valores pagos indevidamente por ente público em favor de pessoa falecida deve ser votada na terça-feira da semana que vem. O relatório da MP 788/2017, de Humberto Costa (PT-PE), foi apresentado ontem, quando foi dada vista coletiva para análise do texto.

A proposta inclui créditos realizados antes da entrada em vigor da MP, mas não se aplica a créditos de períodos

de competência anteriores ao óbito, a créditos discutidos judicialmente por dependentes ou herdeiros, aos benefícios do Programa Bolsa Família e dos Programas de Apoio à Conservação Ambiental e de Fomento às Atividades Produtivas Rurais.

Entre outras mudanças, o texto do relator estabelece prazo de bloqueio dos recursos de até dois dias a partir do recebimento do pedido, no lugar de bloqueio imediato, como previa o texto original da MP.

Grupo vota demissão voluntária semana que vem

O relatório do senador João Alberto Souza (PMDB-MA) sobre a medida provisória que trata do Programa de Desligamento Voluntário (PDV) no Executivo deve ser analisado na terça-feira. O texto foi lido ontem na comissão mista que analisa a proposta e foi concedida vista coletiva, para análise das mudanças feitas pelo relator.

A MP 792/2017 tem como objetivo reduzir despesas com a folha de pagamento dos servidores públicos federais. A MP propõe, entre outros pontos, indenização

correspondente a 125% da remuneração mensal do servidor, na data de desligamento, multiplicada pelo número de anos de efetivo exercício.

Um funcionário que está no serviço público há 20 anos e ganha R\$ 5 mil ao mês, por exemplo, receberá R\$ 6.250 por ano que trabalhou, caso decida aderir ao PDV. O total da indenização nesse caso seria R\$ 125 mil.

O trabalhador que optar pela demissão voluntária ficará isento de pagar Imposto de Renda e contribuição pre-

videnciária sobre o valor da indenização do PDV. Quem aderir ao programa perderá o vínculo com a administração pública e, portanto, deixará de participar do Regime Próprio de Previdência Social. O tempo de contribuição, no entanto, será computado para a aposentadoria e pensão.

Terão preferência para aderir o programa os servidores com menor tempo de exercício no serviço público federal e os que estão em licença para tratar de assuntos particulares.

Acordo com Mercosul tem apoio de deputados da UE

Debate na Comissão de Relações Exteriores reuniu parlamentares brasileiros e de diversos países europeus para avaliar os interesses e os entraves nas negociações, que entram em fase decisiva

DELEGAÇÃO COM 14 parlamentares europeus debateu ontem com senadores e deputados brasileiros, na Comissão de Relações Exteriores (CRE), os entraves para o acordo entre Mercosul e União Europeia (UE), que pode sair até o fim do ano. A avaliação é de que, para fechar o acordo, há necessidade de superar barreiras no comércio de carne, etanol e outros produtos agrícolas.

As negociações para a criação de um acordo de livre comércio entre a União Europeia e o Mercosul começaram em 1999. E estão numa fase decisiva. Na semana que vem ocorre mais uma rodada de negociações. A delegação europeia reuniu representantes de diversos países, como Portugal, Espanha, Itália e França. No debate na CRE, foram unânimes em defender a importância estratégica do acordo.

— Sou um entusiasta do acordo com o Mercosul. Faço votos que os obstáculos que ainda possam surgir sejam removidos para o bem dos dois

blocos — disse o presidente da delegação europeia para relações com o Brasil, deputado Fernando Ruas, de Portugal.

O presidente da delegação para as relações com o Mercosul, deputado Francisco Assis, também de Portugal, afirmou que ainda é preciso vencer a resistência de alguns países europeus, principalmente com relação a produtos agrícolas.

— De fato, há estados membros muito empenhados na concretização desse acordo e há outros com mais reserva, justamente por terem setores agrícolas criando algumas dificuldades. Mas estou convencido de que, no final, todos os obstáculos serão removidos. Que o acordo seja o melhor

para os dois blocos.

O senador Jorge Viana (PT-AC) explicou que o acordo é muito importante do ponto de vista econômico e estratégico.

— A conversa com os parlamentares ajuda no fechamento do acordo, que temos a expectativa de ser definido nos próximos meses — afirmou.

Outras áreas

Os parlamentares europeus defenderam que o acordo não seja só comercial e inclua outras áreas, como cultura e meio ambiente. Outra questão levantada é a proteção aos direitos humanos, cláusula que será incluída pela primeira vez em um acordo assinado pelo Mercosul.



Jorge Viana (C), vice da CRE, conduz debate com a delegação europeia

Projeto institui 25 de agosto como Dia Nacional do Feirante

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem requerimento para a realização de debate sobre o projeto que institui 25 de agosto como o Dia Nacional do Feirante.

O autor do PLS 386/2017, Eduardo Amorim (PSDB-SE), disse que a atividade é de inegável relevância cultural, econômica e social para o país. Segundo ele, em muitos lugares, principalmente no interior, as feiras são a principal forma de comércio da população, funcionando até mesmo como locais de cultura e lazer.

— As feiras são locais de distração e divertimento, onde predomina o caráter social, não se limitando ao mero fornecimento de mercadorias para consumo.

Por exigência legal, a criação de datas comemorativas deve obedecer ao critério de “alta significação”, a ser comprovada mediante a realização de consultas e audiências. As discussões, devidamente documentadas, precisam envolver organizações e associações que representem os segmentos interessados.

Bertha Lutz poderá premiar atuação em causa indigenista

O Diploma Mulher-Cidadã-Bertha Lutz deverá premiar anualmente pelo menos uma pessoa com atuação na causa indigenista. É o que determina projeto de resolução do Senado aprovado ontem na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). O texto seguirá agora para exame final da Comissão Diretora do Senado.

O Diploma Bertha Lutz destaca ações voltadas à eliminação do preconceito de gênero e à defesa dos direitos das mulheres. Criado pelo Senado, o prêmio é entregue anualmente a cinco pessoas de diferentes áreas de atuação, sendo no mínimo quatro mulheres.

Para o autor do PRS 36/2016, Telmário Mota (PTB-RR), a premiação pode exercer “o poderoso papel” de tornar mais evidente a luta daqueles que se dedicam em busca de melhorias para essa parcela da população.

A relatora, Ângela Portela (PDT-RR), manifestou-se favorável ao projeto, que considera promotor de inclusão.



Moka (3º à dir.) ouve propostas de órgãos do governo e das entidades

Avançam entendimentos para projeto de lei sobre doenças raras

A Subcomissão Especial sobre Doenças Raras ouviu ontem as propostas do Ministério da Saúde, da Anvisa e de associações de pacientes para elaborar um projeto que defenda os direitos das pessoas com essas patologias. Nova reunião deve ser feita na terça-feira para discutir os pontos divergentes.

O objetivo do colegiado, criado no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), é propor iniciativas que melhorem a qualidade de vida de mais de 13 milhões de brasileiros portadores de doenças raras, conforme estimativa da Organização Mundial da Saúde (OMS). Para o presidente da subcomissão, Waldemir Moka (PMDB-MS), a intenção é apresentar projeto que atenda as principais demandas dos pacientes.

— O projeto deve dar orien-

tações e direcionar o Ministério da Saúde para um atendimento especializado. Os casos urgentes nós estamos tratando — explicou.

Representando os pacientes, a presidente do Instituto Vidas Raras, Regina Próspero, entregou as propostas das associações.

— Solicitamos medidas do Executivo, como o aperfeiçoamento da gestão do SUS para garantir exames genéticos já incorporados, mas que por algum motivo não estão sendo realizados — disse.

A representante da Anvisa, Daniela Cerqueira, afirmou que desde a reunião de setembro com a subcomissão já foram definidas novas regras para que os medicamentos sejam priorizados na fila de certificação, agilizando registros e condução de ensaios clínicos no país.

Lídice da Mata lamenta crescimento da violência no país

Lídice da Mata (PSB-BA) lamentou os índices que mostram o aumento da violência no Brasil, com registro de mais de 60 mil assassinatos no ano passado. Ela recordou os trabalhos da CPI do Assassinato de Jovens, entre 2015 e 2016, quando o número de assassinatos no país era de 56 mil por ano.

Lídice ressaltou que as vítimas da violência continuam sendo em sua maioria homens, jovens, negros e moradores da periferia.



Lídice da Mata

Menor estado do país é o mais violento, diz Eduardo Amorim

Eduardo Amorim (PSDB-SE) afirmou que o Brasil vive em estado de guerra, segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública divulgados na segunda-feira.

De acordo com o senador, Sergipe, o menor estado do país, é hoje o mais violento. São 64 assassinatos para cada grupo de 100 mil habitantes.

— Em apenas 24 horas, no último final de semana, o Instituto Médico Legal de Aracaju registrou 11 mortes violentas, sendo 9 delas por homicídio.



Eduardo Amorim

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Presidente do BC aponta cenário de recuperação

Em audiência na Comissão de Orçamento, Ilan Goldfajn afirmou que o país vive período de desinflação, queda nos juros e crescimento sustentável do consumo e do emprego

O PRESIDENTE DO Banco Central (BC), Ilan Goldfajn, afirmou ontem que o país vive um período de desinflação e recuperação econômica, após dois anos de recessão. Na avaliação dele, esse cenário só é possível porque, ultrapassada a fase de incertezas, o empresariado deixa de repassar a variação dos custos ao reajustar os preços ao consumidor.

— Quando o futuro fica mais claro, os preços começam a cair — disse Goldfajn em audiência pública na Comissão Mista de Orçamento (CMO) que debateu as políticas monetária, creditícia e cambial adotadas pelo Banco Central.

Goldfajn explicou que a recente queda da inflação elevou o poder de compra e estimulou o consumo, sem que houvesse um endividamento das famílias. Segundo o presidente do Banco Central, o consumo cresceu 1,4% no segundo trimestre deste ano, em função também do maior acesso ao crédito — que, segundo ele, deve ocorrer “de forma permanente”.

Questionado sobre a sustentabilidade do consumo, o presidente do BC disse não se tratar de uma “bolha”, uma vez que “o aumento do poder de compra não é feito por endividamento, e



Ilan Goldfajn fala na reunião conduzida pelo presidente da Comissão de Orçamento, Dário Berger (2º à dir.), e pelo deputado Wilson Filho (D)

sim pela queda na inflação”. Ele afirmou que o consumo é sustentável porque é feito “com mais poder de compra e mais emprego”.

Cadastro positivo

Goldfajn aproveitou o debate na CMO para defender a aprovação, pela Câmara dos Deputados, de projeto que estimula a inclusão de dados nos cadastros positivos de crédito — o PLS 212/2017, do senador Dalírio Beber (PSDB-SC). Ele disse acreditar que a iniciativa deve ampliar o acesso ao crédito e, portanto, expandir o consumo.

O presidente do BC explicou que esse quadro econômico permitiu ainda um

aumento do salário médio da economia em termos reais (descontada a inflação), bem como do nível de emprego.

Nesse ponto, os deputados Enio Verri (PT-PR) e Edmilson Rodrigues (PSOL-PA) questionaram a afirmação, apontando o peso da informalidade no nível de emprego.

— A indústria não cresce nada, está muito lenta, não está gerando emprego de forma nenhuma, apesar de ter um papel fundamental para o desenvolvimento e a recuperação econômica — disse Verri.

O IBGE divulgou ontem que a taxa de desocupação recuou 0,6 ponto percentual no período de julho a se-

tembro, encerrando o trimestre em 12,4%. Segundo o IBGE, no terceiro trimestre deste ano o total de pessoas desocupadas ficou em 12,9 milhões.

Os dados do Banco Central apresentados à CMO apontam para inflação (IPCA) abaixo da meta prevista de 4,5% para este ano. A taxa passou de 10,7% em dezembro de 2015 para 2,5% em setembro de 2017, com previsão de encerrar o ano em 3,2%. Para o próximo ano, o BC projeta uma inflação de 4,3% em dezembro.

O presidente do BC atribuiu esse cenário à redução na inflação dos preços de alimentos, que passou de 10% no ano passado para 5% neste ano.

— Estamos caminhando bem com a inflação, os alimentos estão quase na meta neste ano — ressaltou Goldfajn.

A taxa de juros (Selic), que estava em 14,25% em dezembro de 2015, caiu para 7,5% em outubro de 2017.

— É possível que a Selic continue a cair de forma moderada nos próximos anos, mas tudo depende do cenário de recuperação econômica — disse.

Queda nos juros

Segundo ele, é possível haver queda adicional além dos 7,5% no médio prazo, mas “as reformas serão importantes para manter os juros menores ao longo do tempo”. Goldfajn acrescentou que os juros pagos pelas famílias caíram cerca de 15 pontos percentuais em um ano, no período de setembro de 2016 (74%) e setembro de 2017 (59%). Já os juros pagos por empresas tiveram queda de 6,5 pontos percentuais, passando de 29,7% para 23,2% no mesmo período.

Apesar de reconhecer o cenário favorável da economia, o deputado Darcísio Perondi (PMDB-RS) cobrou explicações sobre a continuidade de alto *spread* bancário (a diferença entre as taxas de juros dos bancos para aplicação e para captação de dinheiro, compreendendo o lucro e o risco relativos às operações de crédito). Para o deputado, essa situação configuraria a “voracidade” dos bancos em evitar riscos.

O presidente do BC disse que o aumento do lucro do setor bancário pode ser controlado com políticas que estimulem a competitividade dentro do setor. Goldfajn citou como exemplo a maior flexibilidade de regras para as cooperativas de crédito.

Pelas estimativas do BC, houve redução no *spread* bancário. Nas operações com empresas, caiu 2,5 pontos percentuais entre setembro de 2016 e setembro de 2017. No caso das famílias, a redução foi de 10,8 pontos percentuais.

Da Agência Câmara

Comissão debate orçamento com ministro do Planejamento

Hoje a CMO ouvirá o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, a partir das 10h. Ele vai explicar os ajustes ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2018 (PLN 20/2017). O projeto do governo recebeu 8.262 emendas, no total de R\$ 108,5 bilhões.

Na segunda-feira, o governo enviou ao Congresso Nacional uma revisão da proposta orçamentária. Também foram editadas duas medidas provisórias (MP 805/2017 e MP 806/2017) com objetivo de reduzir as despesas e aumentar as receitas, a fim de tentar equilibrar as contas públicas. Uma das MPs aumenta a contribuição previdenciária de parte dos servidores dos três Poderes e adia para 2019 reajustes salariais no Executivo. A outra MP eleva impostos cobrados de fundos de investimento exclusivos.

A revisão foi necessária porque, ao encaminhar o texto original em 31 de agosto, ainda não havia sido aprovada pelo Congresso a alteração da meta fiscal para este ano e para o próximo. Isso aconteceu somente em 5 de setembro. Com isso, a possibilidade de déficit primário em 2017 (R\$ 139 bilhões) e em 2018 (R\$ 129 bilhões) foi aumentada para R\$ 159 bilhões em cada ano.

De acordo com a revisão, a receita primária líquida, que desconta as transferências a estados e municípios, será de R\$ 1,213 trilhão, com uma ampliação de R\$ 14,5 bilhões em relação ao texto original. Em consequência desse aumento da receita e também da elevação da meta de déficit para 2018, a despesa primária prevista é de R\$ 1,372 trilhão, com um aumento de R\$ 44,5 bilhões.

Ao anunciar a revisão, o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, disse que a medida não prejudicará o processo de discussão e aprovação da proposta pelo Congresso.

A proposta orçamentária está sob análise na Comissão Mista de Orçamento. Pelo cronograma, o relatório final do deputado Cacá Leão (PP-BA) deve ser apresentado ao colegiado até 10 de dezembro, votado na CMO até 14 de dezembro e apreciado pelo Plenário do Congresso até 19 de dezembro.

Salário mínimo

O ministro anunciou ainda uma revisão nos parâmetros econômicos que balizaram a proposta orçamentária. Em relação ao texto original, foi reduzida a previsão de aumento do salário mínimo, de R\$ 969 para R\$ 965. Atualmente, o valor é R\$ 937.

Conforme a Lei 13.152/15, até 2019 o reajuste do salário mínimo será definido com base no crescimento da economia, medido pela variação do produto interno bruto (PIB) dois anos antes, somado à inflação apurada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do ano anterior. Como o PIB recuou 3,6% em 2016, ou seja, não houve crescimento, em 2018 o reajuste deve ficar próximo à variação do INPC em 2017, prevista pelo governo em 3,1%.

Para 2017 e 2018, o Ministério do Planejamento manteve as expectativas para crescimento da economia, com variação do PIB de 0,5% neste ano e de 2% no próximo. Já a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) — que abrange o total das dívidas sobre responsabilidade dos governos fede-

ral, estaduais e municipais (incluindo administração direta e indireta e INSS) junto ao setor privado, ao setor público financeiro, ao Banco Central e ao resto do mundo — deverá continuar crescendo, passando de 75,7% do PIB neste ano para 80,7% em 2020.

Em relação à taxa de juros (Selic), houve redução nos parâmetros definidos pelo governo: de 8,25% para 7,3% neste ano e de 8% para 7,25% no próximo. Atualmente, a taxa de juros está em 7,5%. Outra mudança é a possibilidade de realização de concursos, no valor até R\$ 600 milhões.

— Mas serão poucos. Apenas para recomposição e melhoria da eficiência — disse o ministro.

Oliveira também voltou a defender a urgência da reforma da Previdência. Na mensagem, o governo elevou o déficit em R\$ 36 bilhões, na comparação com a peça orçamentária original, estimando um total para 2018 de R\$ 192,8 bilhões.

— É imperioso fazer a reforma. E, quanto mais ela demorar a ser feita, mais duras serão as mudanças — afirmou Oliveira.

As duas medidas provisórias editadas na segunda-feira, como parte do ajuste das contas públicas para o próximo ano, devem representar cerca de R\$ 13,2 bilhões a mais para o governo, segundo o ministro do Planejamento,

A MP 805/2017 adia para 1º de janeiro de 2019 os reajustes salariais previstos para várias categorias do Poder Executivo. Já a MP 806/2017 altera a tributação do Imposto de Renda sobre fundos financeiros chamados exclusivos.

Da Agência Câmara

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Presidente da CRA, Cassol (2º à dir.) conduz debate com Rodrigo da Silveira, Nilda Soares e Luiz Gustavo Nussio

Pesquisa no campo precisa de parcerias, aponta audiência

Investimento do setor privado pode ajudar o Brasil a contornar falta de recursos para desenvolvimento de tecnologia agropecuária, afirmaram participantes de debate promovido pela Comissão de Agricultura

PARCERIAS COM O setor privado são uma das alternativas para o país driblar a escassez de recursos para investimento em pesquisa e tecnologia no setor agropecuário. A análise foi apresentada ontem por convidados de audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

O diretor da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), da Universidade de São Paulo (USP), Luiz Gustavo Nussio, lembrou que a França é um bom exemplo a ser seguido, pois boa parte da riqueza no campo foi obtida com trabalho de parceria.

— Colocaram empresas junto com o Estado francês, mas com uma alternativa tributária. Quando se investe em inovação no campo, temos que ter um tratamento tributário diferente do tradicional — disse.

Nussio ressaltou ainda que o Brasil é respeitado no mundo inteiro quando o assunto é tecnologia na agricultura. Ele alertou, entretanto, para o fato de não haver geração de tecnologia desvinculada de formação de pessoal:

— Há estudo recente dizendo que todo o conhecimento de agricultura existente no mundo estará obsoleto em 15 anos. O jovem treinado hoje terá que se reinventar na próxima década e isso não acontecerá se não houver investimentos de forma eficiente.

Apelo

A reitora da Universidade Federal de Viçosa, Nilda Soares, informou que, apesar das dificuldades, as pesquisas nos institutos e universidades não pararam. Ela fez um apelo para que o orçamento das instituições, principalmente na área de pesquisa, seja mantido. Segundo a reitora, num país com agronegócio tão forte, inovar é preciso e isso não é possível sem um trabalho de pesquisa intenso.

— Precisamos produzir mais, mas precisamos pensar na sustentabilidade. O crescimento do agronegócio, que bate recordes, com 60 milhões de hectares plantados, é resultado de pesquisas feitas nos institutos e universidades — afirmou.

Para o coordenador do Nú-

cleo de Economia Agrícola e do Meio Ambiente da Universidade de Campinas (Unicamp), Rodrigo Lanna da Silveira, a proximidade com a iniciativa privada vai permitir a divisão dos custos e dos benefícios, ajudando a todos. Todavia, ele chamou a atenção para a heterogeneidade do setor.

— Temos 5 milhões de estabelecimentos rurais, sendo 84% de agricultura familiar. No centro-sul do Brasil, mais de 50% dos agricultores familiares têm acesso a algum tipo de orientação técnica; no Nordeste, esse índice cai para 10% — informou.

Avaliação anual

Todos os anos, as comissões do Senado escolhem uma política pública desenvolvida pelo Poder Executivo para avaliar. Em 2017, a CRA escolheu o setor de pesquisa agropecuária, atendendo sugestão do senador Ivo Cassol (PP-RO), presidente da comissão.

A senadora Ana Amélia (PP-RS) deve apresentar seu relatório sobre o assunto até o fim de novembro.

Professor quer desmatamento zero para falta d'água

A crise hídrica enfrentada pelo Brasil é fruto de 30 anos de mau uso das águas subterrâneas, disse o professor Apolo Lisboa, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em audiência na Comissão de Meio Ambiente (CMA) sobre a revitalização de bacias hidrográficas, política pública que

os senadores acompanham ao longo deste ano. Lisboa defendeu desmatamento zero como única solução para a falta de água crônica.

— Serão necessários anos e anos de chuva para repor o estoque que foi dilapidado de forma irresponsável, provocando o que chamamos hoje

de novo fenômeno da seca — a seca subterrânea — explicou Lisboa.

A presidente do Instituto Aplysia, ONG que se dedica à defesa do meio ambiente, Tatiana Furley apresentou o Projeto Renaturalize, que tem permitido o aumento da quantidade de peixes em rios do Espírito Santo.

— Refere-se a medidas ecológicas, físicas, espaciais e de gestão, destinadas a restabelecer o estado natural e funcional do rio, com objetivo de melhorar a qualidade da água, do sedimento, da biodiversidade, da recreação, gestão de inundações e desenvolvimento da paisagem.



Tatiana Furley, o presidente da comissão, Cidinho Santos, e Apolo Lisboa

Pietro Frantz/Agência Senado

Violência marca relação com povos indígenas, diz especialista

A relação do Estado brasileiro com povos indígenas ainda é marcada pela violência e pela violação de direitos, disse ontem o coordenador da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, Mario Nicácio, em audiência na Comissão de Direitos Humanos (CDH) sobre a violação aos direitos indígenas e quilombolas.

— É importante considerar que também precisamos de direitos humanos em nossas terras, para a nossa vida integral e a moral dos povos indígenas aqui no Brasil — afirmou Nicácio.

De acordo com o representante das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, Denildo de Moraes, o índice de homicídios de jovens negros nas capitais é um dos mais alarmantes da história.

— A cada dez jovens assassinados, nove são negros, e isso é fruto da dívida histórica e do processo de reparação que o Estado brasileiro ainda não conseguiu fazer com esses povos.

Para João Capiberibe (PSB-AP), autor do requerimento para a audiência, ainda há muito preconceito com essas minorias, apesar da miscigenação brasileira.

— Somos um país formado por eurodescendentes, afrodescendentes e indígenas, então, um mosaico étnico importante e que a democracia brasileira tem muita dificuldade em respeitar.

Também participaram do debate representantes do povo pataxó, da Funai e do Conselho Indigenista Missionário (Cimi).



Capiberibe (2º à esq.) na reunião sobre direitos indígenas e quilombolas

Gerardo Magalhães/Agência Senado

Debatedores defendem uso de biocombustível para reduzir CO₂

O uso de biocombustíveis como alternativa para a redução da emissão de carbono foi defendido ontem por participantes de audiência pública da Comissão Mista de Mudanças Climáticas (CMMC).

O diretor da Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Ministério do Meio Ambiente, Miguel Lacerda de Oliveira, defendeu a valorização dos biocombustíveis. Ele disse que hoje um terço dos municípios do país têm uma pequena ou grande usina de etanol ou biodiesel.

— O mundo todo procura uma solução para reter carbono e pode ser que no Brasil a gente a tenha — afirmou.

O coordenador-geral de Fontes Alternativas da Secretaria de Planejamento Energético do ministério, Lívio de Andrade Filho, chamou a atenção para a biomassa, que, na avaliação dele, é competitiva e tem grande potencial. Ele informou que a energia do bagaço da cana representa 7% da oferta energética brasileira.

Diretor da União da Indústria de Cana-de-Açúcar, Eduardo Leão de Sousa lembrou que o etanol é a segunda maior fonte de energia no Brasil, atrás apenas das hidrelétricas.

Ele informou que de 1975 a 2015, o etanol substituiu o consumo de quase 400 bilhões de litros de gasolina. O relator da comissão, deputado Sérgio Souza (PMDB-PR), ressaltou o papel do agronegócio na geração de biocombustíveis e disse que as práticas do Brasil, do ponto de vista de preservação e agricultura sustentável, são incomparáveis.

RenovaBio

O Programa RenovaBio, do governo federal, foi classificado no debate como forma prática de incentivar a produção de bioenergia. Os objetivos do programa são o reconhecimento e a certificação da produção de biocombustíveis para a segurança energética e a redução de gases do efeito estufa.

Aprovada em 2016, a política não foi implementada. O diretor da União Brasileira do Biodiesel e do Bioquerosene, Donizete Tokarski, cobrou a efetivação do RenovaBio.

— Até hoje não tivemos solução para a edição da medida provisória que possa dar o conforto de trabalharmos com previsibilidade nesse projeto que é de interesse de toda a sociedade brasileira.